

ARREPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 61.095.048/0001-15

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2016. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)				DIRETORIA		
Ativos	Nota	2016	2015	Nota	2016	2015
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5	351	411		20	79
Dividendos a receber	12	211	195		8	8
Impostos e contribuições a recuperar	6	4.583	9.190	9	28.468	28.467
Outros créditos	7	30.153	30.264		465	457
Total do ativo circulante		35.298	40.060		28.961	29.011
Ativo não circulante						
Depósitos judiciais	11	21.832	23.009	9	255.415	264.797
Operações de mútuo	12	363.887	350.058	10	197.622	229.482
Outros créditos	7	231.872	257.280		300	300
Investimentos	8	17.492	16.816		453.337	494.579
Imobilizado		-	1	13		
Total do ativo não circulante		635.083	647.164		475.564	475.564
					4.715	4.715
					(292.196)	(316.645)
					188.083	163.634
					482.298	523.590
					670.381	687.224
Total dos ativos		670.381	687.224			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Em 2014	475.564	4.715	(312.937)	167.342
Prejuízo do exercício	-	-	(3.708)	(3.708)
Em 2015	475.564	4.715	(316.645)	163.634
Lucro líquido do exercício	-	-	24.449	24.449
Em 2016	475.564	4.715	(292.196)	188.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A Companhia tem sede na capital do estado de São Paulo, é uma controlada da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo e tem como atividades a comercialização, importação e exportação de açúcar, etanol, produtos alimentícios em geral e seus derivados, o arrendamento de bens, a prestação de serviços e a participação em outras empresas. A Administração considera o pressuposto de continuidade para a elaboração dessas demonstrações financeiras, considerando o suporte do acionista controlador.

2. Entidades da Companhia

Entidade	Cidade/Estado - País	Participação acionária 2016	2015
Imcop Empreendimentos e Participações S.A.	São Paulo/SP - Brasil	30,58%	30,58%
Imcop Empreendimentos e Participações S.A.	São Paulo/SP - Brasil	30,58%	30,58%

A Administração considera o pressuposto de continuidade para a elaboração dessas demonstrações financeiras, considerando o suporte do acionista controlador.

3. Base de Preparação

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e demais aspectos da legislação aplicável emanada da legislação societária. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 17 de junho de 2016.

b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado reconhecido nos balanços patrimoniais.

c. Moeda funcional e de apresentação: Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando em dicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exige que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

• Nota explicativa nº 11 - Instrumentos financeiros. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota explicativa nº 10 - Provisões para contingências. **e. Mensuração do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Empréstimos e financiamentos: O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado com base no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(ii) Passivos financeiros não derivativos: O valor justo, determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

4. Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário.

a. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebeíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, são reconhecidos como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebeíveis. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebeíveis:** Empréstimos e recebeíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebeíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebeíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros recebeíveis, partes relacionadas e adiantamento a fornecedor. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **b. Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto social são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos de acordo com a Assembleia Geral Ordinária da Companhia são reconhecidos no patrimônio líquido, se deliberados antes do final do exercício. **c. Redução no valor recuperável (Impairment): (i) Ativos financeiros (incluindo recebeíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se houver evidência de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo, e que o evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor para recebeíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebeíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor. Todos os recebeíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do exercício e refletidas em uma conta de provisão contra recebeíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores

contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no resultado do exercício. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base "pro rata". Para os ativos que apresentam perdas de valor recuperável, que tenham sido reconhecidos em períodos anteriores, novas avaliações são feitas a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **d. Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflitem as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **e. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem, substancialmente, receitas com juros sobre cessão de direito de crédito. As despesas financeiras compreendem, substancialmente, despesas com juros sobre impostos parcelados. **f. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2016, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada. **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009):** A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

	2016	2015
Depósitos à vista	145	206
Aplicações financeiras	206	205
Total	351	411

	Participação	Quantidade de ações	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos
2015					
Imcop Empreendimentos Participações S.A. (i)	30,58%	75.490.085	13.553	42.253	55.806
2016					
Imcop Empreendimentos Participações S.A. (i)	30,58%	75.490.085	15.997	42.302	58.299

(i) Companhia auditada pela KPMG.

	2016	2015
9. Impostos e Contribuições a Recolher		
ICMS	15	15
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	28.451	28.452
Outros	2	-
Total circulante	28.468	28.467
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	255.415	264.797
Total não circulante	255.415	264.797
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09: O Programa instituído pela Lei 11.941/2009 prevê parcelamento, em até 180 meses, dos débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para os débitos vencidos até 30 de novembro de 2008, com exigibilidade suspensa ou não, inscritos ou não em dívida ativa, considerados isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada. A adesão ao programa foi deferida pela RFB e a consolidação dos débitos foi realizada em junho de 2011. A Companhia iniciou os pagamentos de saldo consolidado em junho de 2011 dividido em 139 parcelas restantes e vem atualizando o saldo devedor. Os débitos incluídos no parcelamento pela Companhia abrangem os seguintes tributos: imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, apresentando os seguintes saldos em aberto em 31 de março:		

	2016	2015
PIS e COFINS	910	910
Imposto de renda e contribuição social	308.175	308.175
Juros até o exercício	309.095	309.095
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	114.246	90.174
Outros	(139.465)	(106.010)
Total	283.566	293.249

Juros até o exercício
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09

Total A Companhia está cumprindo com as obrigações dentro dos prazos e condições previstos nos planos de parcelamentos e respectiva legislação.

10. Provisão para Contingências
A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias e trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Depósito Tributárias	Depósito Judicial	Depósito Trabalhistas	Total Depósito Judicial	Total Depósito contingências	Total de depósitos judiciais
Saldo em 2014	222.290	16.973	6.120	5.297	228.410	22.270
Provisões feitas durante o exercício	6.534	-	2.495	1.069	9.029	1.069
Provisões baixadas durante o exercício	(6.237)	-	(1.720)	(330)	(7.957)	(330)
Saldo em 2015	222.587	16.973	6.895	6.036	229.482	23.009
Provisões feitas e atualizações durante o exercício	6.704	-	308	155	7.012	155
Provisões utilizadas durante o exercício	(36.269)	-	(2.603)	(1.332)	(38.872)	(1.332)
Saldo em 2016	193.022	16.973	4.600	4.859	197.622	21.832

Os processos tributários, autos de infração e ações judiciais trabalhistas referem-se às contingências que estão sendo discutidas na esfera judicial e os valores estão provisionados de acordo com a opinião dos advogados contratados pela Companhia. A Companhia possui em andamento processos de ordem tributária, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 98.451, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização. No exercício houve a reversão da provisão de R\$ 36.269 devido ao encerramento favorável do processo de compensação do prejuízo fiscal de 1997.

11. Instrumentos Financeiros
A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, entre outros demonstrados a seguir. **Gerenciamento de risco financeiro: Visão geral:** A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e operacional. Esses riscos são permanentemente monitorados, visando mitigá-los. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supermencionados. Os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessa demonstração financeira. **Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando assim, a eficácia de custos evitando procedimentos de controle que não são eficazes. **Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2016	2015
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	17	(3.027)	(2.581)
Outras receitas	14	38.961	7.068
Outras despesas	15	(10.294)	(6.693)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		25.640	(2.206)
Receitas financeiras	16	24.727	21.852
Despesas financeiras	16	(26.805)	(24.177)
Financeiras líquidas		(2.078)	(2.325)
Resultado de equivalência patrimonial	8	887	823
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício		24.449	(3.708)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)			
	2016	2015	
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	24.449	(3.708)	
Resultado abrangente total	24.449	(3.708)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)			
	2016	2015	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	24.449	(3.708)	
Ajustado por:			
Resultado da equivalência patrimonial	(887)	(823)	
Depreciação e amortização	1	1	
(Reversão) aumento em provisão para contingências	(31.860)	1.072	
Variações nos ativos e passivos			
Diminuição/(aumento) em impostos e contribuições a recuperar	4.607	(36)	
Diminuição em outros créditos	25.519	6.297	
Diminuição/(aumento) em depósitos judiciais	1.177	(739)	
(Diminuição)/aumento de fornecedores	(59)	16	
(Diminuição) de impostos e contribuições a recolher	(9.381)	(9.074)	
Aumento em outras contas a pagar	9	6	
Dividendos recebidos	195	241	
Caixa líquido gerado/(usado nas) atividades operacionais	13.770	(6.747)	
Aumento em partes relacionadas	(13.830)	6.800	
Caixa líquido (usado nas)/gerado pelas atividades de financiamentos (Decréscimo)/acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	(13.830)	6.800	
Demonstração da variação em caixa e equivalentes de caixa	(60)	53	
No final do exercício	351	411	
No início do exercício	411	358	
(Decréscimo)/acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	(60)	53	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Os depósitos à vista correspondem aos saldos bancários em conta-corrente. Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda variável, remunerados a uma média ponderada de 100% da variação de CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 31 de março de 2016, possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda de rendimento. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 11.

	2016	2015
6. Impostos e Contribuições a Recupera		
ICMS	5.731	5.731
PIS	-	3
IP	2.593	2.593
Imposto de renda	5.318	7.769
Contribuição social	725	